Regulamentações envolvendo agentes microbianos de controle no Brasil

Elizabeth A.B. de Nardo
EMBRAPA/CNPMA - Caixa Postal 69
13820-000-Jaguariúna, SP

A importância do controle biológico de organismos nocivos no Brasil tem crescido consideravelmente nas últimas duas décadas. Um número grande de projetos conduzidos no país tem resultado em reduções significativas de várias pragas, através da introdução ou manejo de agentes nativos de controle biológico. Um desenvolvimento cada vez maior do controle biológico é esperado diante das demandas internacionais, para o uso de meios mais naturais de produção da agricultura, e pela Implementação das normas ISO 14.000.

Pesquisa, produção, comercialização uso, importação e registro de pesticidas em geral são regulamentados no Brasil pela Lei Federal nº 7802, de julho de 1989 e pelo Decreto Presidencial nº 98816, de janeiro de 1990. Uma regulamentação específica para o registro comercial de produtos contendo agentes microbianos de controle, considerando suas características diferentes das partículas químicas, não existe oficialmente no Brasil. Recentemente, foi elaborada uma proposta oficial para os Órgãos Registrantes (NARDO et al., 1995), levando em consideração as características intrínsecas dos microrganismos, assim como requisitos para sua avaliação sobre componentes do meio ambiente e da saúde humana, baseada em regulamentações internacionais vigentes.

Quanto a introdução de microrganismos exóticos para fins de controle biológico, o Brasil tem uma série de regras de intercâmbio internacional. Permissão para introdução e exploração são necessárias, entretanto não existe nenhuma menção sobre a exportação de agentes microbianos coletados no país. Atualmente

todas essas regulamentações estão sofrendo revisões e adaptações. O Laboratório de Quarentena "Costa Lima", situado em Jaguariúna, SP, junto ao Centro Nacional de Pesquisa de Monitoramento e Avaliação de Impacto Ambiental (EMBRAPA/CNPMA), é o único credenciado no país para auxiliar o Ministério da Agricultura e do Abastecimento, quanto as solicitações de introdução de agentes de controle biológico, contribuindo para a implementação deste método de controle.

Também no âmbito regional dos países do Cone Sul, o Brasil tem participado na elaboração de regulamentações relacionadas com o controle biológico através do COSAVE (COMITÉ DE SANIDADE VEGETAL DO CONE SUL) criado em 1992, com a finalidade de elaborar e harmonizar regulamentações fitossanitárias para os países da região: Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. O Grupo Permanente de Trabalho de Controle Biológico (GTP-CB) tem elaborado "standards" regionais relacionados com o registro de agentes de controle biológico; código de conduta para importação, exportação; credenciamento de Laboratórios de Quarentena, entre outros.

É esperado que como Tratado sobre Convenção da Biodiversidade alguns grupos de microrganismos, tenham seu valor comercial aumentado, conduzindo a ajustamentos na legislação brasileira e de outros países, no sentido de salvaguardar interesses nacionais. Nesse sentido, esforços devem ser intensificados para se evitar o estabelecimento de barreiras que possam diminuir o atual programa de cooperação entre os pesquisadores de controle biológico no mundo.